

Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento*

Líliá Montali**

Os efeitos da reestruturação produtiva e do desemprego se manifestam, no interior das famílias na Região Metropolitana de São Paulo, em rearranjos de inserção de seus componentes no mercado que nem sempre possibilitam manter os rendimentos familiares em seus níveis anteriores (Montali, 2000 e 2002). Caem as taxas de participação e de ocupação dos chefes masculinos e dos filhos e crescem as das mulheres, em especial as das cônjuges, configurando rearranjos distintos nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar. Neste contexto, e considerando a continuidade dos processos de deterioração do mercado de trabalho nos anos 2000, este artigo se propõe a discutir as maneiras como a precarização do trabalho e o desemprego fragilizam as formas encontradas pelas famílias para garantir sua sobrevivência. Os processos observados são semelhantes aos apontados por estudos realizados em outras metrópoles latino-americanas.

Palavras-chave: Reestruturação produtiva. Precarização do trabalho. Rearranjos familiares de inserção. Empobrecimento.

Introdução

São muitos os estudos sobre a América Latina e os países desenvolvidos que mostram as conseqüências da crescente flexibilização do trabalho e do aumento do desemprego sobre as condições de vida da população, acentuando as desigualdades e promovendo a exclusão social. Tais análises evidenciam, nos diferentes contextos, a precarização social decorrente da flexibilização produtiva e das mudanças institucionais que a favorecem.

Como se sabe, na década de 90 acentuam-se transformações na economia, em especial a partir do processo de reestruturação produtiva, que alteram o padrão de

incorporação da força de trabalho. Como conseqüência de tais processos, além da redução dos postos de trabalho e do aumento do desemprego, são menores as oportunidades para a absorção em trabalhos assalariados regulamentados e maiores têm sido as inserções de trabalhadores como autônomos, seja incentivadas pela terceirização de serviços promovida pelas empresas, seja pela iniciativa do trabalho por conta própria (Baltar, 2003). Resultam daí prejuízos na qualidade da inserção no mercado de trabalho, com a precarização dos vínculos e perda da proteção oferecida pelos direitos trabalhistas. Tais processos, analisados na Região Metropolitana de São Paulo, afetaram

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu (MG), 20-24 de setembro de 2004. Análise resultados do projeto Família-Trabalho, Condições de Vida e Políticas Sociais, desenvolvido junto ao Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com o apoio do CNPq.

** Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

também a maior parte das regiões metropolitanas do país.

Outra consequência tem sido a queda da renda proveniente do trabalho nos anos 90¹. Na Região Metropolitana de São Paulo, cai também a renda familiar *per capita* nesse período, muito embora essa queda tenha sido atenuada como decorrência da redução do tamanho médio da família e, desde 1994, do aumento real das aposentadorias e pensões e do número de beneficiários (Jannuzzi, 2001).

No decorrer da década de 1990, os efeitos da reestruturação produtiva e do desemprego manifestam-se, no interior das famílias da RMSP, em rearranjos de inserção de seus componentes no mercado de trabalho que nem sempre mantêm os rendimentos familiares em seus níveis anteriores (Montali, 2000 e 2002). Caem as taxas de participação e de ocupação dos chefes masculinos e dos filhos e crescem as das mulheres, em especial as das cônjuges, configurando-se rearranjos distintos nos diferentes momentos do ciclo de vida familiar.

Neste contexto, e considerando a continuidade dos processos de deterioração do mercado de trabalho nos anos 2000, o presente artigo se propõe a analisar como a precarização do trabalho e o desemprego fragilizam os rearranjos familiares de inserção articulados pelas famílias da RMSP para garantir sua sobrevivência². Processos semelhantes de fragilização dos recursos familiares mobilizados para enfrentar as vicissitudes provenientes das mudanças no mercado de trabalho são observados também por estudos sobre outras metrópoles latino-americanas (González de la Rocha, 1997 e 2001; Garcia e Rojas, 2001).

Precarização do trabalho e das condições sociais na Região Metropolitana de São Paulo

O estudo das mudanças ocorridas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) nos anos 90 oferece elementos para compreender como se relacionam a “desestruturação do mercado de trabalho”, identificada como a presença simultânea e combinada do desemprego aberto em larga escala, do desassalariamento e da geração de postos de trabalho precários (Pochmann, 2001), e a precarização das condições sociais na região.

A continuidade das elevadas taxas de desemprego e da flexibilização dos contratos de trabalho e o crescimento dos indicadores da violência urbana na RMSP evidenciam faces do mesmo processo que acentua a desigualdade social e gera a exclusão de parte dos indivíduos em competição no mercado de trabalho. Revelam, também, a ausência de políticas sociais capazes de atenuá-las. O conceito de precarização social, que como tal compreende um conjunto de processos associados à flexibilização produtiva e às mudanças institucionais que a favorecem, institucionalizando a instabilidade (Appay, 1997), mostra-se de grande valia para a análise desses processos. Este conceito, elaborado por um coletivo de pesquisadores do Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines (Iresco), tem por proposta a superação da dicotomia dos estudos que tendem a tratar em sistemas de interpretação específicos a análise da precarização econômica resultante da reestruturação produtiva e a análise das suas consequências sociais, evidenciadas pela precarização da proteção social³. Ainda que este artigo não pretenda

¹ Como mostram os dados para os anos da década de 1990 da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Seade e o DIEESE, e da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pela Fundação IBGE.

² Este estudo possibilitou consolidar o conhecimento sobre as mudanças indicadas em estudos anteriores – para períodos descontínuos e caracterizados como recessivos dos anos 80 e 90 (Montali, 1995, 1998 e 2000) –, evidenciando tendências que não recuam em momentos de recuperação econômica. A base de dados utilizada para as análises é a série temporal da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Seade e o DIEESE, para o período compreendido entre 1985 e 2000.

³ “En résumé, le concept de précarisation sociale est ici construit à partir de la mise en perspective d’un double processus: l’un, de précarisation économique qui résulte de la précarisation salariale et de celle des structures productives; l’autre, d’institutionnalisation de l’instabilité à travers en particulier les transformations des systèmes législatifs afférents au travail et à la protection sociale. La précarisation sociale rend compte de deux tendances qui évoluent dans le même sens au lieu d’être contradictoires si l’on suivait l’hypothèse démocratique sur le rôle de l’État social compensateur des inégalités produites dans le système économique” (Appay, 1997, p. 520).

dar conta das inúmeras dimensões abrangidas pelo conceito de precarização social, toma-o como referência nas análises sobre as mudanças no mercado de trabalho e as implicações destas para a relação família-trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90.

O mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo sofreu transformações importantes nas décadas de 80 e 90, associadas a um conjunto de fatores. Por um lado, houve redução da expansão do emprego, como conseqüência dos baixos índices de crescimento da economia nessas décadas e de oscilações entre momentos de recessão e de expansão. Por outro, houve redução dos postos de trabalho e alteração no padrão de absorção da força de trabalho, por força do processo de reestruturação produtiva, associado à abertura do país ao comércio internacional, que se instala na região com maior intensidade na década de 90.

Nesse período, ocorreram também outros processos que provocaram a desconcentração industrial e o desenvolvimento das atividades do terciário, alterando o perfil do emprego. O emprego industrial na Região Metropolitana de São Paulo cai progressivamente a partir de 1989, ano tomado como referência para a análise dos efeitos da intensificação da reestruturação produtiva: do patamar de 33% da força de trabalho ocupada, característico da segunda metade dos anos 80, para cerca de 20% nos anos do final da década de 1990 e no ano 2000. Por outro lado, crescem o emprego no terciário e as atividades comerciais e de serviços, que passam do patamar de 56% dos postos de trabalho, registrado na segunda metade da década de 1980, para 69,4% deles em 2000.

Como conseqüência destes processos, além da redução dos postos de trabalho e do aumento do desemprego, reduzem-se as possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho em empregos assalariados regulamentados e aumentam as possibilidades de inserções de autônomos. Além disso, o emprego com registro em carteira de trabalho que predominava na indústria, quando perdido,

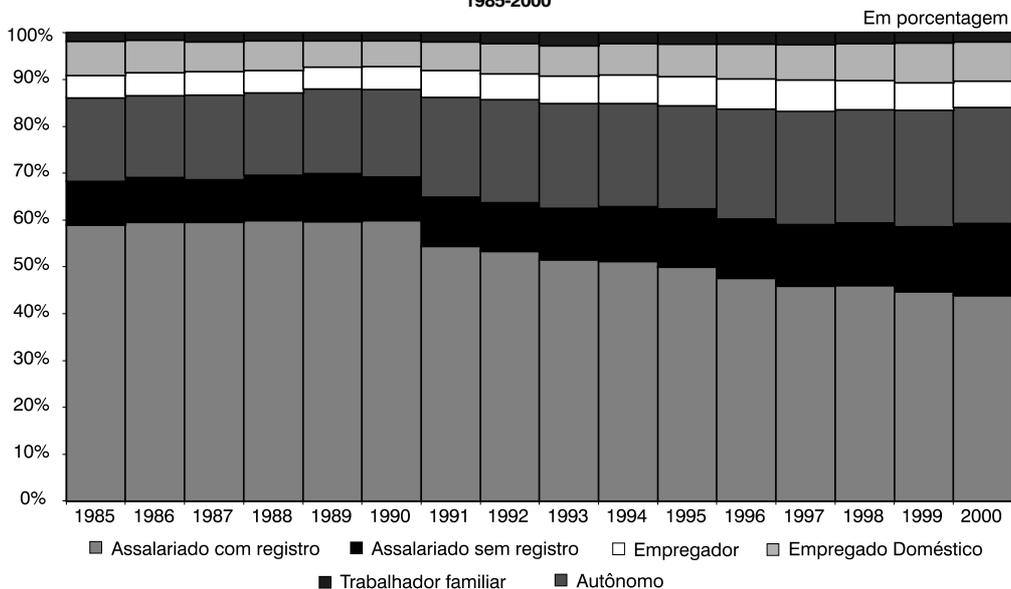
é na maior parte das vezes substituído por ocupações autônomas ou temporárias caracterizadas por maior instabilidade (Cardoso, Comin e Guimarães, 2001). Destas alterações provocadas pela reestruturação produtiva e organizacional resultam a precarização dos vínculos contratuais e a perda da proteção oferecida pela legislação trabalhista, inclusive a redução do acesso à previdência social.

Ao ser acompanhada por terceirização e subcontratação da produção e de serviços, a flexibilização da produção, por sua vez, cria setores informais modernos, impulsionando o surgimento de pequenas empresas e o estabelecimento de uma rede de produtores e de prestadores de serviços organizada sob relações de trabalho predominantemente precárias, que muitas vezes tem o trabalho a domicílio na ponta da cadeia produtiva (Dedecca e Baltar, 1997; Pochmann, 2001; Araújo e Amorim, 2002).

As tendências indicadas no Gráfico 1 evidenciam o mencionado processo de precarização do trabalho ocorrido na Região Metropolitana de São Paulo: o emprego regulamentado cai de 63%, em 1989, para pouco menos de 50% em 2000; crescem as proporções de assalariados sem registro, que passam de 9% em 1989 para 14% em 2000, bem como de trabalhadores autônomos, que eram cerca de 16% em 1989 e passam a ser de cerca de 23% em 2000; o emprego doméstico passa de cerca de 5% para 7%.

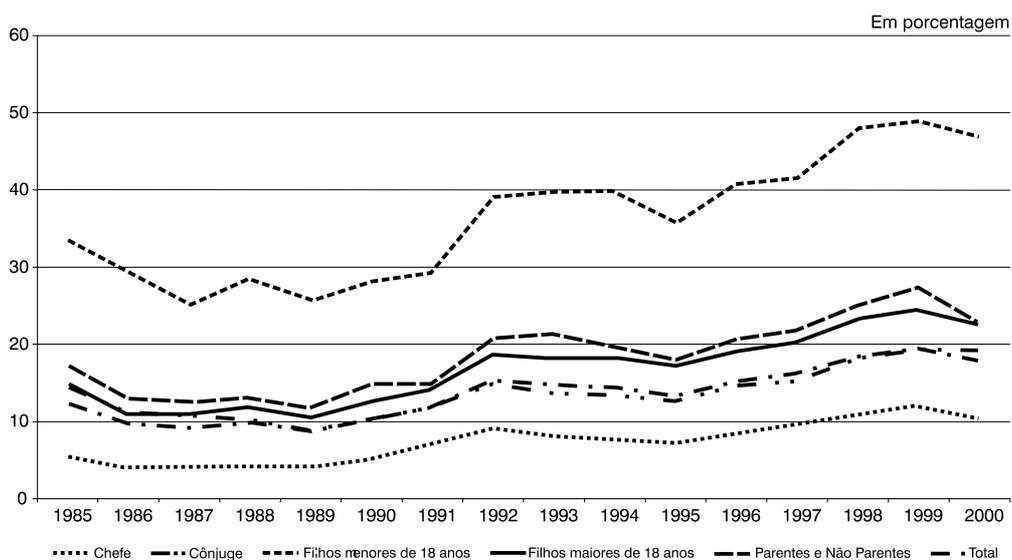
A reestruturação produtiva implicou, concomitantemente, alterações nas características e no patamar de desemprego na RMSP. Durante a década de 1990, o desemprego afetou mais as atividades industriais e os níveis de desemprego foram mais elevados que os observados na segunda metade dos anos 80. Entre 1992 e 1996, as taxas de desemprego total registradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação Seade/Dieese, excetuando-se o ano de 1995, oscilaram ao redor de 15% da população economicamente ativa. A partir de maio de 1997, recrudescer o desemprego na região e define-se novo patamar, mais elevado, não se retornando mais aos níveis anteriores:

GRÁFICO 1
Distribuição dos ocupados por posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo
1985-2000



Fonte: F. SEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: Lilia Montali, NEPP/UNICAMP.

GRÁFICO 2
Taxa de desemprego por posição na família
Região Metropolitana de São Paulo
1985-2000



Fonte: F. SEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: Lilia Montali, NEPP/UNICAMP, 2001.

as taxas anuais de desemprego chegam a 18,2% em 1998 e a 19,3% em 1999, caindo, em 2000, para 17,6%, em um curto período de recuperação do crescimento econômico. O desemprego, além de crescente, afeta a todos, considerando-se a posição na família (Gráfico 2).

Como conseqüência da redução dos postos de trabalho e da precarização, observa-se, nos anos 90, a queda da renda proveniente do trabalho e da renda familiar *per capita* na Região Metropolitana de São Paulo. Entre 1989 e 2000 registra-se grande perda de poder aquisitivo das famílias metropolitanas, uma queda real de 18% no rendimento familiar *per capita* (Montali, 2003b).

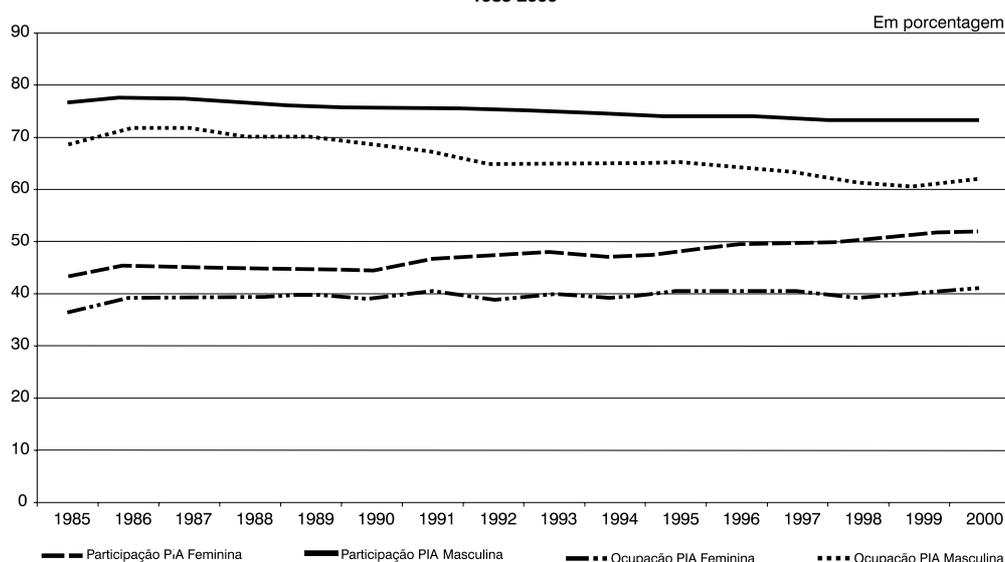
Dentre as principais tendências observadas no mercado de trabalho da RMSP nos anos 90, que provocaram mudanças no padrão de incorporação da família na força de trabalho, deve-se acrescentar que o processo de reestruturação produtiva e o baixo crescimento da economia, especialmente na segunda metade da década, restringiram mais acentuadamente os

postos de trabalho masculinos, ou seja, afetaram de maneira distinta a absorção de homens e de mulheres.

A partir do final da década de 80, e mais acentuadamente durante os anos 90, observam-se tendências de queda na taxa de participação masculina e de acentuada queda nas suas taxas de ocupação, ao mesmo tempo em que se eleva a taxa de participação feminina – ou seja, há um crescimento da proporção de mulheres que se dispõem a trabalhar – e são mantidas suas taxas de ocupação, oscilando num patamar de 41% das mulheres em idade ativa (Gráfico 3). Há continuidade dessa tendência na segunda metade da década, apesar da redução das possibilidades de absorção pelo mercado de trabalho para ambos os sexos e da acentuação do desemprego a partir de 1997 (Montali, 2003b; Montali e Lopes, 2003).

Relativamente às alterações no padrão de incorporação da força de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90 que afetam os arranjos familiares de inserção, outra tendência

GRÁFICO 3
Taxa de participação e de ocupação por sexo
Região Metropolitana de São Paulo
1985-2000



Fonte: F. SEADE - Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Elaboração: Lília Montali, NEPP/UNICAMP.

relevante é o crescente desemprego dos jovens, provocado por maiores restrições ao trabalho encontradas por estes (Pochmann, 1998). Estudos recentes evidenciam que embora as taxas de desemprego tenham crescido para ambos os sexos, os jovens masculinos são os mais prejudicados, ao perderem postos de trabalho de melhor qualidade para os trabalhadores adultos (Lourenço, 2002).

A perda de postos de trabalho pelos chefes de família do sexo masculino e pelos jovens, bem como a crescente disponibilidade das mulheres para o trabalho, evidenciada pelas taxas de participação, possibilitaram os rearranjos na inserção dos componentes da família no mercado de trabalho.

Precarização nas famílias: precarização do trabalho e o desemprego

Ao analisar a precarização do trabalho e o desemprego a partir da família, fica evidente que a redução dos postos de trabalho assalariado afetou os componentes da família que vinham obtendo melhores remunerações no mercado, ou seja, os homens chefes de família e os filhos e filhas jovens, maiores de 18 anos. Assim, tanto os rearranjos de inserção como as novas possibilidades de inserção dos componentes das famílias estão se somando no sentido da queda da renda familiar e, portanto, do empobrecimento dos núcleos domésticos.

Embora encontremos situações distintas de empobrecimento entre os diferentes arranjos familiares analisados, alguns deles, em decorrência de características de idade e sexo de seus componentes, mostram-se mais vulneráveis ao empobrecimento, tendo por parâmetro a renda familiar *per capita*.

Nossas análises sobre os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho têm por suposto que a diferenciação interna à família com base nos papéis familiares e nas relações de gênero preside as escolhas individuais e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. A disponibilidade dos componentes da família para o mercado de trabalho é afetada pelas

relações de hierarquia, relações de gênero e atribuições que tecem as relações familiares e que definem as possibilidades de inserção em atividades remuneradas. Dessa maneira, não ocorre substituição pura e simples de um componente da família por outro nas atribuições de manutenção do grupo doméstico, porque as possibilidades de inserção, qualificação e remuneração são distintas.

As taxas de participação dos membros adultos da família expressam, com bastante clareza, a divisão sexual do trabalho definida a partir das atribuições dos gêneros que, sob a concepção tradicional da família, destinam o homem ao trabalho e a mulher à família. Isto apesar das novas tendências do mercado de trabalho, já apontadas neste texto, e das crescentes taxas de participação apresentadas pelas mulheres, em especial pelas que vivem em famílias nucleadas pelo casal (as cônjuges). As limitações que as representações sociais das atribuições femininas impõem à inserção das mulheres-cônjuges e mães em atividades remuneradas ficam evidentes também nas taxas de ocupação mais baixas por elas apresentadas, tanto quando comparadas às de outras mulheres em posições familiares diferentes, tais como filhas adultas e mulheres-chefes de família, como quando comparadas às taxas de ocupação de maridos e de filhos adultos. Entretanto, acentua-se, na década de 90, o crescimento da participação das mulheres casadas em atividades no mercado, de forma mais intensa em alguns tipos de família, como se verá mais adiante. A taxa de participação das cônjuges, que era da ordem de 37% em 1985, chega a cerca de 39% entre 1986 e 1990 e continua crescendo ao longo da década, passando de 39,2%, em 1990, para 51,6% em 1999 e 52,2% em 2000 (Montali e Lopes, 2003).

A tendência de redução do peso do chefe entre os ocupados da família e de crescimento da importância dos demais componentes familiares já era apontada pelos estudos sobre os anos 80 (Jatobá, 1990). Mas, a partir de 1990, foi possível detectar o estabelecimento de um novo padrão familiar de inserção no mercado de

trabalho (Montali, 1998). Se no início da crise da década de 1980 os chefes de família representavam cerca de 45% dos ocupados da família na Região Metropolitana de São Paulo e os filhos, 32%, com a agudização da crise, em 1983, a participação daqueles cai e eleva-se a dos filhos para 36,4% (Montali, 1995). Essa tendência foi, no entanto, alterada nos anos 90. Nota-se, então, o estabelecimento de um padrão no qual a participação dos chefes de família (masculinos e femininos) se mantém em torno de pouco menos que a metade dos ocupados da família, padrão caracterizado, também, pela queda progressiva, mais especialmente a partir de 1992, da participação dos filhos e pelo crescimento da participação da cônjuge entre os ocupados da família.

Dessa maneira, observa-se a partir de 1992 até 2000, um padrão de inserção dos membros da família em que a participação do chefe (masculino e feminino) fica ao redor de 46% dos ocupados, a participação da cônjuge cresce de 18% para 20% dos ocupados, a dos filhos cai de 26% para algo entre 24% e 25% e a de outros parentes e não-parentes oscila ao redor dos 6% dos ocupados. Padrão bastante distinto da composição dos ocupados da família de 1981, quando o chefe representava 45,3% dos ocupados, a cônjuge, 13,5% e os filhos, 31,8% (Montali, 1995). Não se deve esquecer que durante as duas décadas mencionadas alteram-se os arranjos familiares/domiciliares na Região Metropolitana de São Paulo, destacando-se o aumento na proporção de núcleos domiciliares chefiados por mulher e a redução do número de filhos, que também interferem no referido padrão de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho. Essa questão foi tratada mais detidamente em trabalho anterior (Montali, 2003a).

Os arranjos e rearranjos de inserção dos componentes da família no mercado de trabalho são definidos, articuladamente, pela dinâmica da economia e pela dinâmica das relações familiares e das relações de gênero. A composição familiar predominante da etapa do ciclo de vida familiar também influi nos arranjos articulados pelos

diferentes tipos de família. A análise de um período mais longo possibilitou perceber que se alteram tanto a composição familiar, em alguns tipos de família, como os arranjos de inserção.

Os resultados do estudo sugerem que ocorreu um rearranjo de inserção no mercado de trabalho entre os diferentes componentes da família, fortemente relacionado ao crescente desemprego e às novas características dos desempregados. A mobilização dos componentes da família para o mercado de trabalho nesse período de elevado desemprego – que se acentua a partir de 1992 e perdura até o momento – é bastante diferente daquela observada durante a conjuntura recessiva de 1981-1983 (Montali, 1995). Sem ignorar as alterações nas características da composição familiar, a pequena redução no seu tamanho e a mais significativa redução na proporção de filhos menores de 10 anos, considera-se que a mudança do padrão de absorção da força de trabalho ocorrida na década de 90, relativamente aos anos iniciais da década de 80, tem papel preponderante nas mudanças verificadas nos arranjos familiares de inserção no mercado.

Mesmo levando em conta a importante mudança no papel da mulher na sociedade, a hipótese aqui assumida é que a nova tendência na articulação dos arranjos familiares de inserção no mercado, ao mesmo tempo em que é viabilizada por esta mudança, expressa mais fortemente a alteração no padrão de absorção da força de trabalho indicada na seção anterior, que reduziu postos de trabalho principalmente para ocupações predominantemente masculinas e promoveu o crescente desemprego daqueles que eram os principais mantenedores das famílias (chefes masculinos e filhos/filhas maiores de 18 anos). Fazem parte desse quadro, a partir de 1992, as dificuldades de absorção dos jovens pelo mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo.

Em face do desemprego de parte dos componentes da família e da dificuldade em aumentar o número de pessoas ocupadas das unidades familiares, a mudança mais

freqüente, verificada em praticamente todos os tipos de família, é o aumento da participação da mulher-cônjuge e da mulher-chefe de família entre os ocupados, especialmente nos anos 90. No caso das famílias na etapa final do ciclo de vida familiar (caracterizadas pelos casais com 50 anos e mais) com a presença de filhos, a mudança manifesta-se no aumento da participação do chefe e da cônjuge entre os ocupados, ao mesmo tempo em que cresce o desemprego dos filhos adultos.

Os rearranjos familiares de inserção observados a partir de 1991 – diferenciando-se dos arranjos encontrados em 1990 e na década de 1980 – indicam o maior partilhamento da responsabilidade da manutenção da família e um relativo deslocamento dessa responsabilidade, dos principais mantenedores identificados para cada tipo de família em pesquisa anterior (Montali, 1995) para outros componentes da família. A presente análise, que abrange a segunda metade da década de 80 e todos os anos da década de 90 – incluindo, portanto, períodos de recessão e de expansão –, confirmou as peculiaridades dos arranjos familiares de inserção articulados sob o novo padrão de incorporação da força de trabalho que se delineou a partir dos processos envolvidos na reestruturação produtiva, desencadeada com maior intensidade a partir do início dos anos 90.

A análise dos arranjos familiares de inserção tendo por referência o tipo de família possibilitou verificar, sobre o grupo doméstico, alguns dos efeitos das alterações das possibilidades de emprego oferecidas pelo mercado de trabalho nos anos 90. Nessa análise, deve-se ter presente que as distintas etapas do ciclo de vida familiar – aqui associadas à tipologia de arranjos familiares adotada – caracterizam arranjos peculiares, e que estes também apresentaram algumas tendências específicas nesses 15 anos (Montali, 2003a), afetando as possibilidades de arranjos de inserção no mercado.

A análise das taxas familiares de participação, ocupação, desemprego e inatividade para a década de 1990 mostra que de 1990 a 1994 – período inicial da

reestruturação produtiva na Região Metropolitana de São Paulo –, apesar do aumento da disponibilidade para o mercado de trabalho dos componentes familiares indicada pela crescente taxa de participação em todos os tipos de família, não ocorreu expansão da absorção desses contingentes pelo mercado de trabalho. Nos anos de 1995 e 1996, de recuperação da economia sob a vigência do Plano Real, eleva-se a taxa de ocupação no primeiro ano, com queda no segundo. Este fato, acompanhado da elevação da taxa de participação, resultou no aumento da taxa de desemprego.

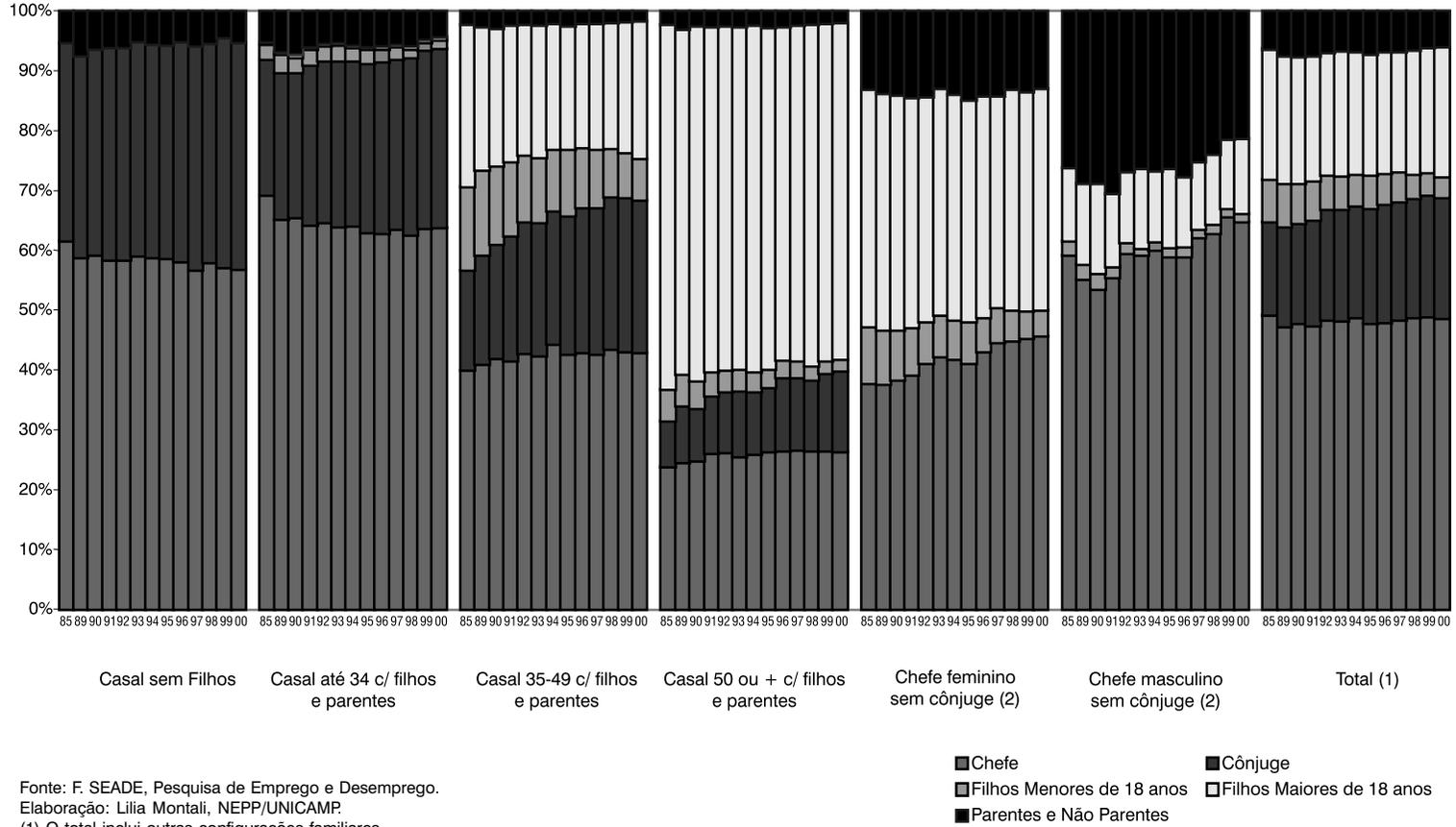
Nos anos do final da década observa-se o agravamento dessa situação. Em 1997, 1998 e 1999 registram-se o aumento da taxa de participação e a queda da taxa de ocupação para o total da PIA e para cada um dos arranjos familiares pesquisados, resultando em taxas de desemprego crescentes, em patamares antes não conhecidos nessa região metropolitana (Montali, 2000). No ano 2000 há novo período de recuperação da economia e esse fato reflete-se em uma pequena elevação da taxa de ocupação, porém mais baixa que a observada em 1997. Essa baixa taxa de ocupação, associada à elevação da taxa de participação, mantém elevada a taxa de desemprego, que é, no entanto, menor que a de 1999.

A distribuição dos ocupados nos distintos tipos de arranjo familiar é um dos indicadores adotados para acompanhar os arranjos de inserção no mercado de trabalho. Utilizando esse indicador e considerando apenas as principais tendências, registra-se, para o arranjo familiar dos “casais sem filhos”, o aumento das mulheres entre os ocupados e a diminuição dos homens-chefe de família entre esses. Nos arranjos de “casais até 34 anos com filhos” – que caracterizam a etapa de constituição da família e na qual ocorre a maior parte dos nascimentos – verifica-se a relativa diminuição da proporção de chefes entre os ocupados, o aumento da proporção de cônjuges entre eles e a diminuição da participação dos outros parentes e dos filhos (Gráfico 4).

Nos arranjos familiares de “casais de 35-49 anos com filhos” as tendências são

GRÁFICO 4
Distribuição dos ocupados segundo posição na família por tipologia
Região Metropolitana de São Paulo
1985, 1989-2000

Em porcentagem



de queda da proporção de filhos ocupados, com maior queda entre os menores de 18 anos, em contraposição ao aumento da proporção de cônjuges e pequena elevação na proporção de chefes entre os ocupados a partir de 1991. Os filhos apresentavam, nos anos 80, importante participação entre os ocupados nesse arranjo familiar, com percentual de cerca de 41%, mais elevado que o dos chefes, como se pode verificar no início da série, para os anos de 1985 e 1986 (Gráfico 4), e também no já mencionado estudo sobre os anos 1981-1983 (Montali, 1995). Nos últimos anos da década de 1990, os filhos representam menos que 30% dos ocupados, refletindo as maiores restrições do mercado para a absorção de trabalhadores jovens.

Entre os arranjos familiares “casais de 50 anos e mais com filhos” diminui a proporção de filhos entre os ocupados, que em 1985-1986 chegou a ser superior a 66%. Porém, mesmo em queda, estes ainda são cerca de 60% dos ocupados nesses arranjos em 1993 e próximos de 58% em 2000. Os chefes se mantêm em proporções quase constantes até 1990, cerca de 24% dos ocupados, mudando para patamar pouco mais elevado durante a década; representavam 26% dos ocupados em 2000. Já as cônjuges quase dobraram sua participação entre 1985 e 2000, de 8% para 13% (Gráfico 4).

Nos arranjos familiares “nucleados pelo chefe feminino sem cônjuge” – que incluem tanto aqueles com filhos e/ou parentes como os unipessoais – verifica-se o crescimento das chefes entre os ocupados da família, concomitantemente à queda da participação dos filhos, principalmente dos filhos menores de 18 anos. Nos arranjos familiares “nucleados pelos chefes masculinos sem a presença de cônjuge” – que, da mesma forma, incluem tanto aqueles com filhos e/ou parentes como os unipessoais – há um pequeno aumento dos chefes entre os ocupados e queda da participação de filhos e não-parentes entre esses.

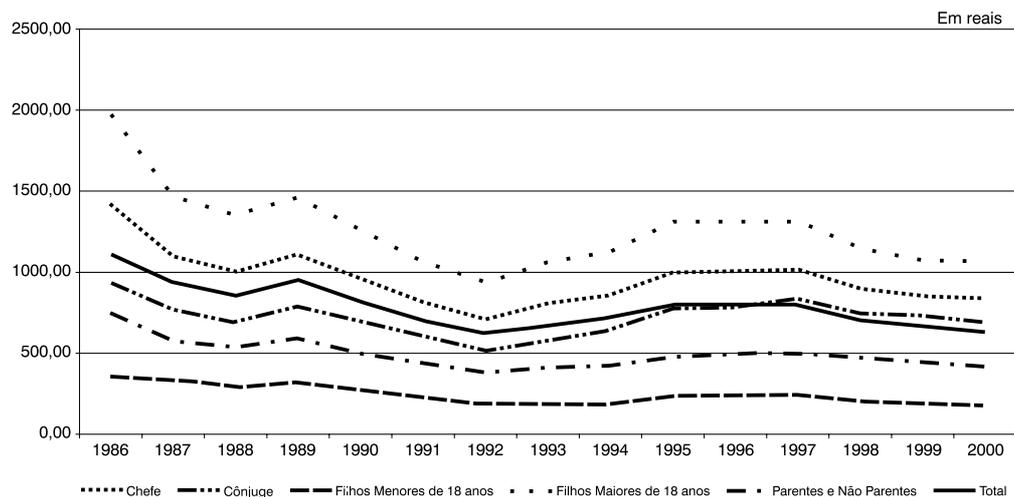
A taxa específica de geração de renda é tomada como outro indicador dos rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho e de responsabilidade pela manutenção da família. Essa taxa expressa a

proporção de pessoas que aportam renda de alguma fonte para o grupo familiar, considerando-se a posição na família. Embora a taxa específica de geração de renda caia nos anos de maior desemprego do início da década de 1990 (1991, 1992, 1994), a partir de 1995 ela tem sido crescente, evidenciando a importante participação dos diversos componentes no aporte de renda para o núcleo doméstico. Assim, na última metade da década, contribuíam com rendimento para o núcleo doméstico cerca de 76% dos chefes, cerca de 42% das cônjuges e 33% do total dos filhos – destacando-se a taxa dos filhos maiores de 18 anos, cerca de 55% deles. No caso dos chefes (masculinos e femininos) e das cônjuges, aumenta no decorrer dos anos 90, e mais acentuadamente a partir de 1995, a proporção dos que aportam rendimento de alguma natureza para o núcleo doméstico. Essa tendência fica evidente na comparação das suas taxas de geração de renda do ano de 1985, início da série, com as do ano 2000 (chefes: 71% em 1985 e 76% em 2000; cônjuges: 31% em 1985 e 42% em 2000). No caso dos filhos, ao contrário, a tendência é de queda nas taxas de geração de renda no período. Tomando como exemplo os filhos maiores de 18 anos, verifica-se que, em 1985, cerca de 66% deles contribuíam para o rendimento familiar, proporção que cai para 55% em 2000.

Entretanto, ainda que no conjunto dos componentes familiares cresça a proporção dos que aportam rendimentos para o núcleo doméstico (49% em 1985, 51,4% em 1989, 52,5% em 1995 e 2000), foi acentuada a queda da renda familiar *per capita* nesse período, especialmente a partir de 1996. Mesmo com o aumento do rendimento de outras fontes que não do trabalho – que cai no período –, não foi possível atenuar a queda da renda familiar *per capita* para todos os tipos de família (ver Gráficos 5 e 6). A queda da renda familiar *per capita* é consequência da redução dos rendimentos médios individuais dos componentes familiares, que reflete a perda de ocupações de melhor qualidade e o aumento do desemprego.

A análise da participação dos membros da família na composição da renda familiar

GRÁFICO 5
Rendimento médio por posição na família (todas as fontes)*
Região Metropolitana de São Paulo
1985-2000

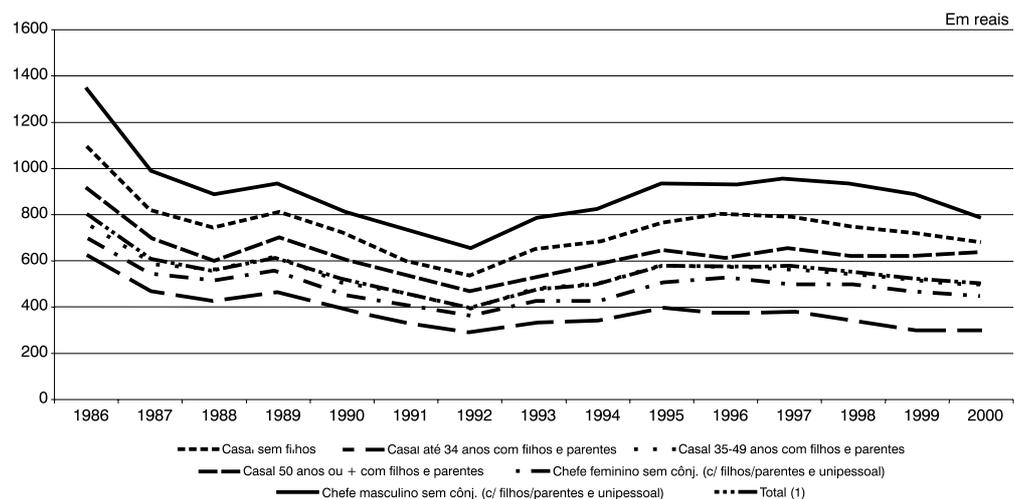


Fonte: F. SEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: Lília Montali, NEPP/UNICAMP.

* Em reais de dezembro de 2000 - ICV-DIEESE.

GRÁFICO 6
Distribuição de famílias por renda familiar per capita média segundo tipologia de famílias (todas as fontes)
Região Metropolitana de São Paulo
1986-2000



Fonte: F. SEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: Lília Montali, NEPP/UNICAMP.

Em reais de dezembro de 2000 - ICV-DIEESE.

(1) O total inclui outras configurações familiares.

para cada tipo de arranjo evidencia as mudanças ocorridas na divisão do trabalho na família durante os últimos 15 anos sob análise (Gráfico 7). Esse indicador é utilizado para acompanhar as mudanças no que diz respeito à responsabilidade pela manutenção da família. Uma tendência comum a todos os tipos de arranjos nucleados pelo casal é o aumento da participação da cônjuge na renda familiar. As cônjuges, que vêm participando crescentemente de atividades no mercado de trabalho, têm aumentado, no período, sua participação relativa na renda da família, ao passo que a participação dos chefes masculinos, bem como a dos filhos, apresenta tendência de redução no mesmo período, em grande medida explicada pelo elevado desemprego e a desvalorização dos salários.

Não se pode deixar de mencionar que, para a média das cônjuges, seus rendimentos individuais, que representavam, em 1985, 10% da massa da renda familiar, passam a representar cerca de 16% em 1999 e 2000, com diferenciações na evolução da participação por tipo de arranjo familiar. No entanto, ao se selecionar as famílias onde as cônjuges são ocupadas, verifica-se que estas contribuíam, em 1985, com cerca de 29% da massa da renda familiar e os chefes masculinos, com 61%; já em 2000, as cônjuges ocupadas contribuem com cerca de 35% e os chefes masculinos, com cerca de 57%.

Retomando as informações para o conjunto dos arranjos familiares nucleados pelo casal, é possível identificar especificidades na evolução da participação dos seus membros, especialmente das cônjuges, na composição da renda familiar segundo as distintas etapas do ciclo de vida da família, sob a mudança no padrão de absorção da força de trabalho ocorrida nos anos 90 (Gráfico 7).

Dessa maneira, nos arranjos familiares de “casais sem filhos” e “casais de até 34 anos com filhos”, registram-se como tendências, no período, o aumento da participação das cônjuges e a redução da participação dos chefes na composição da massa da renda familiar. Assim, no ano 2000, no primeiro tipo de arranjo, as cônjuges são

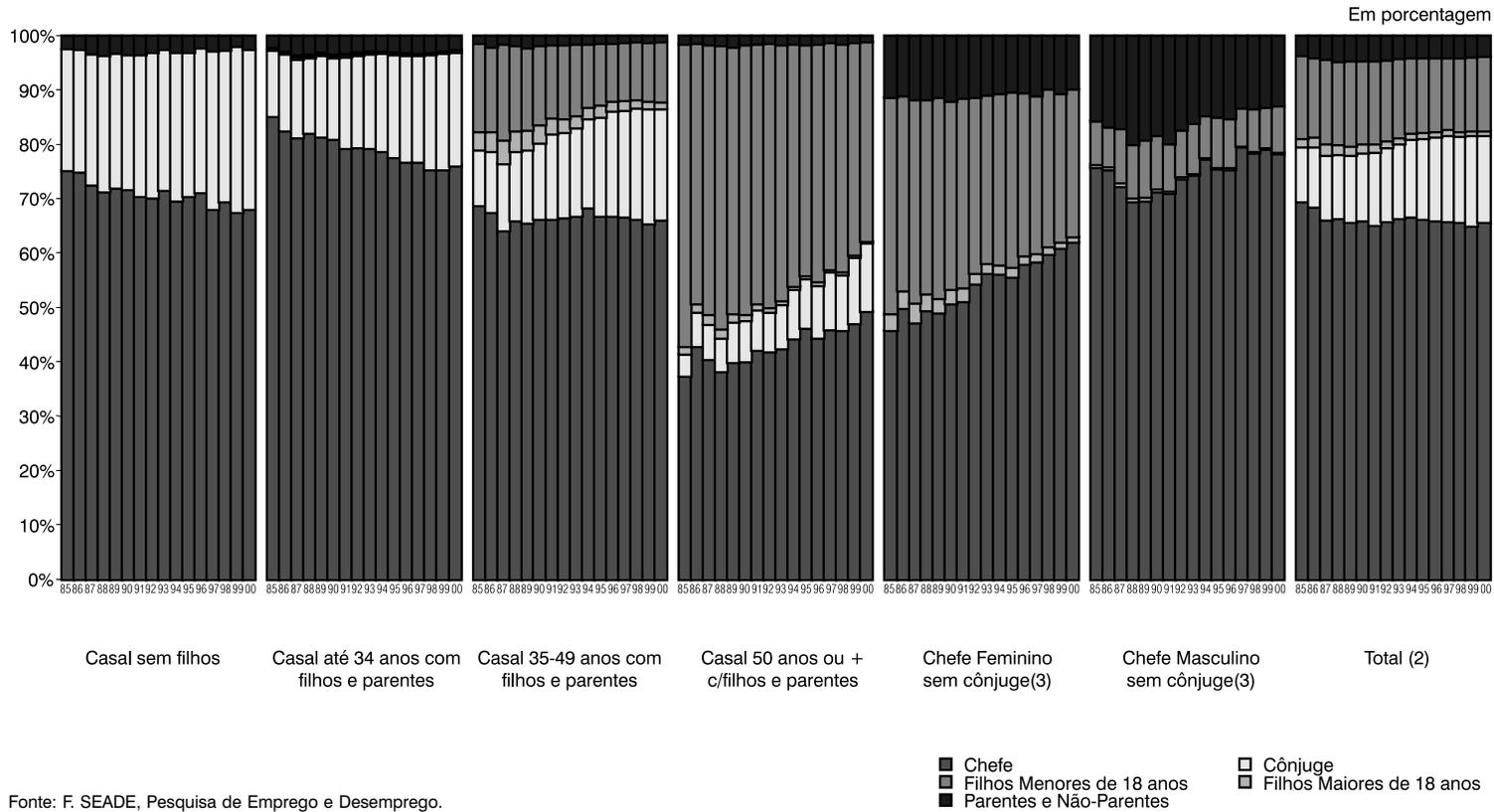
responsáveis por 23% da renda familiar e os chefes masculinos, por 68%. No segundo tipo mencionado, onde a participação dos filhos na renda é muito pequena, as cônjuges são responsáveis por 21% da renda familiar e os chefes masculinos, por 65%.

Nos arranjos de “casais de 35 a 49 anos com filhos”, a tendência observada no período é de redução da participação dos chefes na renda entre 1985 e 1989 e de relativa estabilidade durante o período subsequente, com pequenas oscilações; em 2000 eles participam com 66% da massa da renda familiar. Nesse tipo de arranjo familiar também aumenta a participação das cônjuges, e isso ocorre de maneira concomitante à diminuição da participação dos filhos na renda familiar. Quando comparados os primeiros e os últimos anos do período em análise, praticamente dobra a participação das cônjuges na composição da renda familiar, que chega a 20,4% em 2000. Em face das alterações no padrão de absorção da força de trabalho pelo mercado no decorrer dos últimos 15 anos, cresce o desemprego dos jovens e adolescentes, provocando acentuada redução da participação dos filhos na renda familiar e em sua contribuição para a manutenção da família nesse tipo de arranjo familiar. Em 2000 os filhos jovens e adolescentes participavam com 12,4% da renda familiar (Montali, 2003a).

Merecem destaque especial as mudanças observadas nos arranjos familiares dos casais mais velhos com a presença de filhos e nos das chefes femininas sem cônjuge.

Nos arranjos familiares nucleados pelos “casais de 50 anos e mais com a presença de filhos” as tendências observadas são distintas, pois nesse tipo de arranjo a participação dos chefes na renda familiar também cresce, juntamente com a das cônjuges. Os filhos, embora sejam responsáveis por grande parte da renda familiar, vêm diminuindo acentuadamente sua participação durante todo o período: se, no início, respondiam por mais da metade dos rendimentos familiares (57%), ao final do período são responsáveis por pouco mais que um terço destes. Esse percentual cai gradualmente durante os anos 90 e mais acentuadamente nos anos

GRÁFICO 7
Participação na composição da renda familiar segundo posição na família por tipologia (1)
Região Metropolitana de São Paulo
1985-2000



Fonte: F. SEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: Lilia Montali, NEPP/UNICAMP.

(1) Em relação à massa da renda familiar: rendimentos do trabalho, do trabalho ocasional do desempregado e do inativo, aposentadorias, pensões e seguro desemprego.

(2) O total inclui outras configurações familiares.

(3) Arranjos familiares de chefes sem cônjuges incluem aqueles com filhos e/ou parentes e os unipessoais.

de maior desemprego, no final da década, chegando a 39% em 1999 e a 37% em 2000 (Gráfico 7).

O aumento da participação dos chefes e das mulheres-cônjuges com mais de 50 anos na composição da renda familiar está relacionado, por um lado, com a deterioração da inserção ocupacional dos filhos, ou seja, o aumento do desemprego e a queda do rendimento dos filhos ocupados decorrente da precarização do trabalho e da instabilidade dos empregos. Por outro lado, o crescimento da participação do casal com mais de 50 anos na renda ocorre tanto porque o chefe e a mulher-cônjuge passam a apresentar maior proporção entre os ocupados da família, como pela importância da renda oriunda de suas aposentadorias e pensões.

Nos arranjos familiares de “mulheres sem cônjuge” é crescente a participação da mulher-chefe de família na renda a partir de 1990, quando ela passa a ser responsável por mais de 50% do rendimento familiar. Os filhos têm grande participação na renda, mas, no decorrer da década de 1990, com o avanço do desemprego e da precarização do trabalho, sua participação diminui progressivamente, aumentando o encargo da mulher-chefe (Gráfico 7). Atribui-se a esses fatos uma das principais causas da piora da qualidade de vida desse arranjo familiar.

As chefes femininas sem cônjuge ocupadas também apresentam maior participação na composição da massa da renda familiar. Em 1985, quando 50% das chefes femininas sem cônjuge eram ocupadas, estas eram responsáveis por 64% da renda familiar e os filhos, por 22%; a participação de parentes e não-parentes ficava em torno de 11%. No ano de 2000, cerca de 52% delas são ocupadas e seu encargo na manutenção da família é mais acentuado: são responsáveis por 72% da massa da renda familiar; os filhos respondem por 17% e os parentes e não-parentes, por cerca de 9%.

A análise das mudanças nos arranjos de inserção em cada tipo de arranjo familiar e das mudanças na contribuição dos diferentes componentes na renda das famílias

permite evidenciar os impactos das transformações do mercado de trabalho e das características do padrão de incorporação da força de trabalho, bem como suas conseqüências para a sobrevivência familiar.

Algumas indicações apontadas nestas análises possibilitam inferir que os rearranjos de inserção e a participação dos membros da família na composição da renda familiar foram afetados não só pelo aumento do desemprego, mas também pelo fato de o emprego ter se tornado mais precário.

Visando examinar essa questão, segue-se a análise da inserção ocupacional da PIA segundo a posição dos componentes na família (Gráfico 8). Considerando o sexo dos componentes e a inerente divisão sexual do trabalho na família, é possível verificar que, embora todos tenham sofrido a redução dos empregos regulamentados e o aumento das ocupações não regulamentadas, homens e mulheres são afetados de maneiras distintas pelo processo de precarização. Pode-se afirmar que: (a) os homens são mais afetados pela perda do emprego assalariado e pelas dificuldades em obter postos de trabalho de qualidade equivalente e (b) as mulheres, que em grande medida já se vinham vinculando ao mercado de trabalho mediante empregos não regulamentados, são mais afetadas pela precarização do trabalho, no sentido da oferta de possibilidades pelo mercado, porque ampliam sua participação neste em um período de baixo crescimento da economia e de flexibilização da produção, o que lhes possibilita inserções em maior proporção em empregos não regulamentados, como o emprego doméstico, o emprego em atividades subcontratadas e o trabalho a domicílio como parte de cadeias produtivas. Como conseqüência, como fica evidente nos arranjos familiares nucleados pelo casal, o acentuado crescimento da participação das cônjuges entre os ocupados não corresponde a um aumento equivalente na renda aportada por estas para compor a renda da família (Gráficos 4, 5 e 7).

Iniciando a análise da população em idade ativa a partir da posição na família identificada como chefe – incluindo-se ambos os sexos –, fica evidente, no período, a

queda nas inserções aqui consideradas como “ocupados não precários”⁴, representando pouco mais que a metade dos chefes de família no início do período em análise (55%) e cerca de 40% deles nos anos 1999 e 2000 (Gráfico 8). As inserções precárias passam a ser parcela crescente do total dos chefes ocupados. Isso porque, ao mesmo tempo em que se reduz a proporção de chefes ocupados na PIA específica – de 77%, em 1989, para cerca de 70% nos três últimos anos sob análise –, é acentuado o crescimento das ocupações precárias. É interessante notar que a PEA dos chefes de família se mantém relativamente estável, com pequena queda a partir de 1998, porém no decorrer dos anos 90 crescem o desemprego e as ocupações precárias.

Assim, ao se analisar o segmento ocupado dos chefes de família, constata-se que se no início do período em análise – 1985-1989 – cerca de 27% destes apresentavam ocupações precárias, ao final da década de 1990 e no ano de 2000 cerca de 42% deles se vinculavam ao mercado de trabalho através deste tipo de ocupações (Montali, 2004).

As vinculações não precárias dos chefes de família caem, portanto, de 73% para 58% entre 1985 e 2000. A análise segundo o sexo dos chefes de família evidencia uma das faces das especificidades por gênero da inserção ocupacional e do processo de precarização do trabalho. Verifica-se que se cerca de 75% dos chefes masculinos eram ocupados não precários entre 1985 e 1989, caindo essa proporção a partir de 1991, para chegar a cerca de 60% em 1999 e 2000, a proporção de chefes do sexo feminino ocupados não precários era pouco mais que a metade desse contingente em 1989 – cerca de 59% das mulheres-chefes ocupadas – e cai no decorrer dos anos 90, chegando a cerca de 50% das chefes femininas ocupadas em 1997 e 1998 e a 45% em 2000 (Montali, 2004). Estes dados mostram a acentuada precarização dos

vínculos contratuais para os chefes de família de ambos os sexos, porém evidenciam o maior impacto da perda das ocupações de melhor qualidade para os chefes de família masculinos e as especificidades da precarização do trabalho relacionadas ao sexo, mencionadas acima.

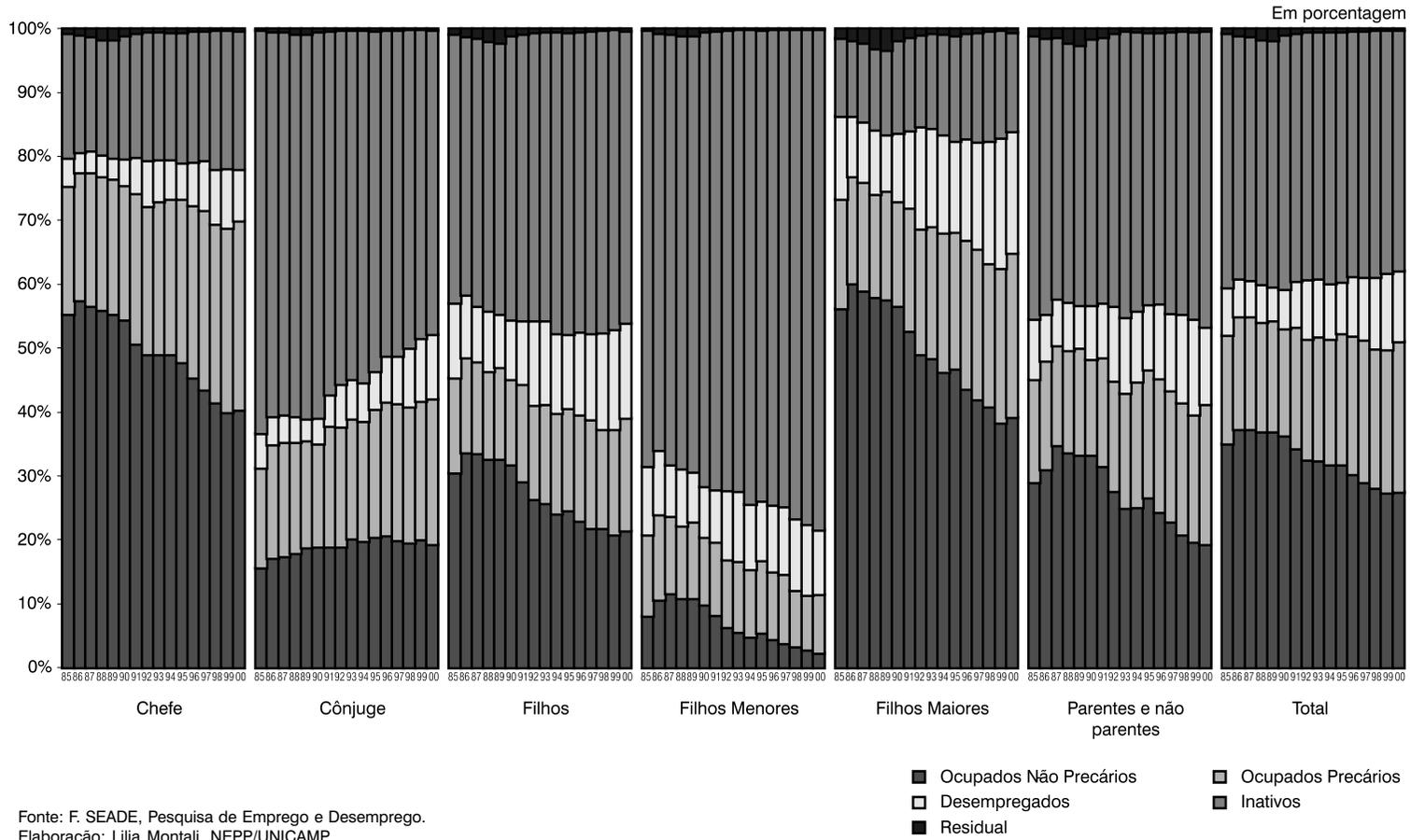
Objetivando indicar apenas alguns pontos que explicitem a questão da precarização do trabalho a partir da análise da PIA específica por posição na família, vale também ressaltar o caso da cônjuge, componente familiar que não sofre redução nas ocupações não precárias e que se caracteriza por não ultrapassar 20% de sua PIA com essa posição na ocupação (Gráfico 8). No entanto, deve-se levar em conta que o aumento na proporção das cônjuges ocupadas ocorrido no período em análise deu-se com as vinculações precárias. Em 1989, cerca de 36% das cônjuges eram ocupadas, dentre estas 17% em ocupações aqui classificadas como precárias; em 1999 e 2000 a proporção de ocupadas cresce para cerca de 42%, dentre as quais 23% em ocupações precárias (Gráfico 8). Outro ponto a ressaltar é que mesmo com o aumento da PEA das cônjuges (aumento das proporções de ocupadas e de desempregadas), cerca de 48% delas permaneciam inativas no final do período, em contraposição às proporções registradas no início do mesmo, respectivamente de 63% e 60%, em 1985 e em 1989.

A análise do segmento ocupado das cônjuges femininas permite perceber com maior clareza o crescimento das ocupações precárias. No ano de 1989, cerca de 53% das cônjuges ocupadas tinham vínculos contratuais regulamentados, portanto, inseriam-se em ocupações não precárias. Esse percentual cai para menos da metade delas (48%) a partir de 1997, até 1999; em 2000, cai para 45,4% (Montali, 2004).

Dessa maneira, tanto no caso das cônjuges ocupadas, como no das mulheres-chefes de família, constata-se que, no final

⁴ Considerou-se como aproximação de vinculações não precárias no mercado de trabalho as seguintes posições na ocupação: assalariados regulamentados (com registro, do setor público) e empregadores. Como aproximação de vinculações precárias no mercado de trabalho foram consideradas as posições na ocupação seguintes: assalariados sem registro, autônomos, empregados domésticos e trabalhadores familiares.

GRÁFICO 8
Distribuição das pessoas de 10 anos e mais segundo posição na ocupação e vínculos precários e não precários, por posição na família
Região Metropolitana de São Paulo
1985-2000



do período, cerca de metade destas tinha ocupações não precárias, ao passo que entre os chefes de família masculinos ocupados, cerca de 60% encontravam-se nestas condições de inserção. Esses dados, que se referem aos principais mantenedores das famílias da Região Metropolitana de São Paulo, por si já evidenciam a gravidade do avanço da precarização nas ocupações, analisado a partir da família, e seus impactos negativos nas condições de vida das mesmas, um deles expresso na queda da renda familiar *per capita* (Gráfico 6).

Assim, verificou-se que a precarização do trabalho afetou a todos os componentes da família, mas que a perda de postos de trabalho não precários foi mais acentuada para os chefes de família – masculinos e femininos – e também para os filhos maiores de 18 anos de ambos os sexos (Gráfico 8). Para estes últimos, foi ainda mais acentuado o aumento do desemprego, porque continuam no mercado apesar das restrições encontradas no acesso ao trabalho, enquanto os filhos mais jovens – abaixo de 18 anos – tendem a se retirar do mercado, como fica evidente também na análise de sua PIA específica, que mostra o crescimento da proporção destes em inatividade. Considerando-se o total das mulheres-cônjuges, com crescente participação no mercado de trabalho, observa-se que apenas cerca de 20% delas ocupam postos de trabalho não precários, como mencionado acima, evidenciando que o aumento da proporção das mulheres ocupadas tem se dado por meio do crescimento das ocupações caracterizadas por vínculos precários no mercado de trabalho, tais como assalariamento sem registro, atividades como autônomas e subcontratadas e emprego doméstico (Gráfico 8). Não se pode deixar de considerar que, embora na condição de inativas ou de desempregadas, muitas cônjuges ocupam-se em atividades temporárias ou intermitentes, contribuindo para a composição da renda familiar.

Como se viu, na maior parte dos rearranjos analisados as cônjuges passam a assumir parcela maior na composição da

renda familiar. Sua participação na composição da renda familiar apresenta crescimento em todo o período estudado, especialmente em alguns tipos de família – casais sem filhos residentes, casais de até 34 anos com filhos residentes e casais de 35 a 49 anos com filhos –, nos quais representa, em volume, a segunda maior renda. No entanto, sua contribuição ainda permanece muito menor que a do chefe masculino, porque, apesar da maior inserção da cônjuge no mercado de trabalho, esta ocorre marcada pelas atribuições da divisão sexual do trabalho na família, que a induz a aceitar vinculações precárias de trabalho e jornadas menores que as dos demais componentes adultos da família (Montali e Lopes, 2003).

Deve-se mencionar, entretanto, que tanto no caso das cônjuges ocupadas, como no das chefes femininas, sua participação na composição da renda familiar eleva a renda familiar *per capita* (ver Gráficos 9 e 10, no Anexo). No caso das cônjuges, e tomando como exemplo os anos do final da década de 1990 (1997 a 2000), caracterizados pelo elevado desemprego na Região Metropolitana de São Paulo, constatou-se que o rendimento familiar *per capita* era 50% mais elevado nas famílias em que a cônjuge era ocupada (Gráfico 10).

Para finalizar, cabe ressaltar um aspecto que resulta dos processos relacionados às mudanças na inserção da família no mercado de trabalho aqui analisados e às restrições diferenciadas ao acesso ao emprego por homens e mulheres nos anos 90. Tem-se verificado progressiva redução na diferença entre os rendimentos auferidos por homens e por mulheres, considerando-se todas as fontes de rendimentos (rendimentos do trabalho do ocupado, do trabalho ocasional do inativo e do desempregado, de pensões e aposentadorias e do seguro desemprego). No ano de 1985, o rendimento individual das mulheres representava menos que a metade dos rendimentos individuais masculinos, cerca de 48%. Em 1990, a proporção dos rendimentos femininos em relação aos masculinos passou a ser de 54% e, em 2000, de 61,5% (Montali e Lopes, 2003).

No entanto, a redução na diferença dos rendimentos individuais masculinos e femininos observados na Região Metropolitana de São Paulo ocorre num contexto de perdas para todos, como mais uma expressão da precarização do trabalho.

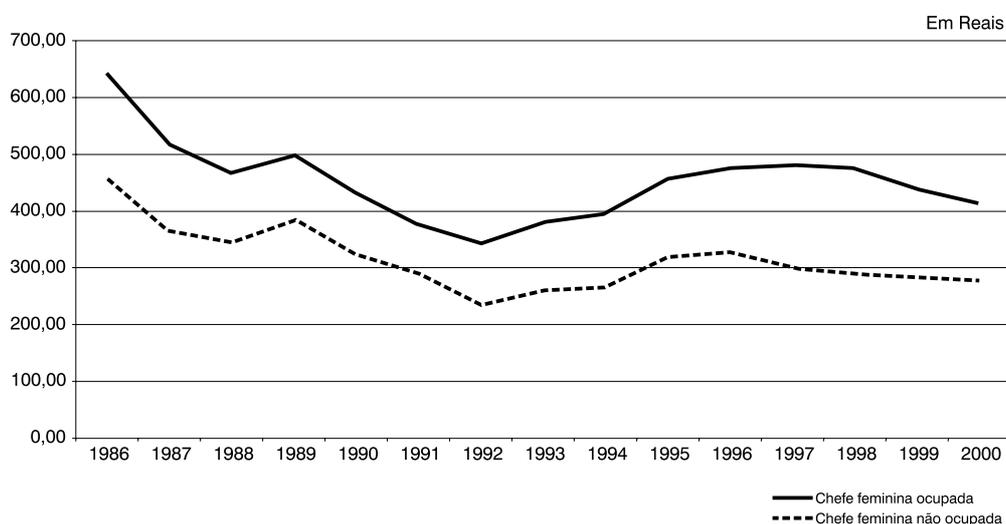
A reestruturação produtiva afetou a inserção dos diferentes componentes da família no mercado e teve por principais consequências a precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego e a deterioração da renda familiar. Nesse contexto, uma das conclusões desta pesquisa é a de que, por esses motivos, os rearranjos de inserção no mercado articulados nos diversos tipos de família no período ana-

lisado não conseguem manter os níveis de rendimentos familiares.

Esta nova situação do mercado de trabalho, que resultou em maior partilhamento da responsabilidade pela manutenção do grupo familiar entre os seus componentes, vem reiterar a constatação da impossibilidade concreta de realização da família estruturada com base no modelo do “chefe provedor”, que já se vinha manifestando como tendência desde os anos 80 (Montali, 1995). O que se pode esperar é que essa impossibilidade concreta de manutenção da família pelo chefe e, também, a de mantê-la sob sua autoridade impulsionem transformações nas relações internas da família.

Anexo

GRÁFICO 9
Rendimento familiar *per capita** em famílias em que a chefe feminina é ocupada e não ocupada**
Região Metropolitana de São Paulo
1986-2000



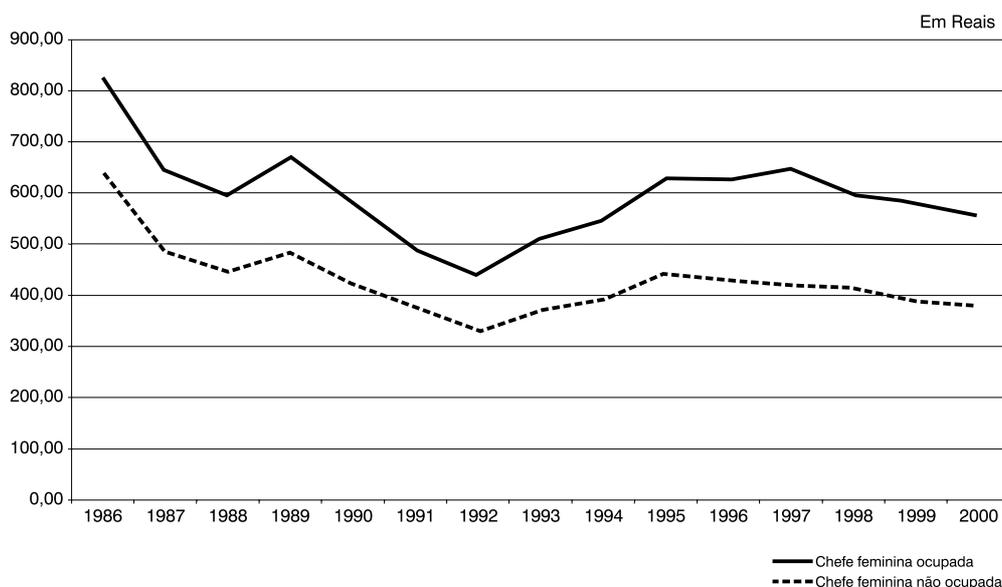
Fonte: F. SEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: Lília Montali, NEPP/UNICAMP, 2004.

* Em reais de dezembro de 2000 - ICV-DIEESE.

** Arranjos familiares de chefes femininas sem cônjuges incluem aqueles com filhos/parentes e também os unipessoais.

GRÁFICO 10
Rendimento familiar *per capita em famílias em que a cônjuge feminina é ocupada e não ocupada****
Região Metropolitana de São Paulo
1986-2000



Fonte: F. SEADE, Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração: Lília Montali, NEPP/UNICAMP.

* Em reais de dezembro de 2000 - ICV-DIEESE.

** Arranjos familiares nucleados pelo casal.

Referências bibliográficas

ABRAMO, L. **Inserción laboral de las mujeres en América Latina: una fuerza de trabajo secundaria?** Trabalho apresentado no seminário temático interdisciplinar "Os estudos do trabalho: novas problemáticas, novas metodologias e novas áreas de pesquisa", Campinas, Unicamp, novembro de 2000.

APPAY, B. **Précarisation sociale et restructurations productives.** In: APPAY, B. e THÉBAUD-MONY, A., **Précarisation sociale, travail et santé.** Paris: IRESCO, 1997.

ARAÚJO, A.C. e AMORIM, E.A. **Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. Desafios de equidade. Cadernos Pagu,** Campinas, Unicamp, ns. 17/18, 2002.

ÁRIAS, A. **Sobre a evolução de situação social na Região Metropolitana de São Paulo na década dos 90 sob a ótica da renda familiar.** Brasília: IPEA, 1996.

BALTAR, P.E. **Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90.** In: PRONI, M.W. e HENRIQUE, W. (orgs.), **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90.** São Paulo/Campinas: Ed. Unesp/Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

BALTAR, P.E., DEDECCA, C.S. e HENRIQUE, W. **Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil.** In: OLIVEIRA, C.A. e MATTOSO, J.E. (orgs.), **Crise e trabalho no Brasil.** Campinas: Scritta, 1996.

BARRÈRE-MAURISSON, M.-A. **La division familiale du travail – la vie en double.** Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

BERQUÓ, E. e OLIVEIRA, M.C.A. Família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8, Caxambu, MG, 1989. GT Família e Sociedade. **Anais...** ABEP, 1989.

_____. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L.M. (org.), **História da vida privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

BILAC, E.D. Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil. In: ANPOCS, **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Anpocs, 1991.

BRUSCHINI, M.C. e LOMBARDI, M.R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo/Campinas, Fundação Carlos Chagas/Ed. Autores Associados, n. 110, julho de 2000, p. 67-104.

_____. **Trabalho feminino no Brasil no final do século**: ocupações tradicionais e novas conquistas. Trabalho apresentado no seminário temático interdisciplinar "Os estudos do trabalho: novas problemáticas, novas metodologias e novas áreas de pesquisa", Campinas, Unicamp, novembro de 2000.

CARDOSO, A., COMIN, A. e GUIMARÃES, N. Os deserdados da indústria. Reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. **Revista Latinoamericana de Estudios Del Trabajo**, Buenos Aires, ano 7, n. 13, 2001, p. 17- 51.

DEDECCA, C.S. e BALTAR, P.E. **Precariedade ocupacional e relações de trabalho no Brasil nos anos 90**. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia, São Paulo, 1997.

DINI, N.P., JANNUZZI, P.M., FERREIRA, M.P. e ARIZIONO, N. **Renda familiar e distribuição de renda na RMSP nos anos 90**: evolução conjuntural e seus determinantes. Trabalho apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET, 1999.

DRAIBE, S. Por um reforço da proteção à família: contribuição à reforma dos programas de assistência social no Brasil. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.), **Família brasileira, a base de tudo**. Brasília: Unicef/Cortez Editora, 1994.

FUNDAÇÃO SEADE/DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>.

GARCÍA, B. e OLIVEIRA, O. **La dinámica familiar en la ciudad de México y Monterrey**. Cidade de México: CEDDU y CES, El Colegio de México, 2000.

GARCÍA, B. e ROJAS, O. Recent transformations in Latin American families: a socio-demographic perspective. GENERAL CONFERENCE OF IUSSP, 24. **Anais...** 2001.

GOLDANI, A.M. **A família brasileira em transição**: evolução e perspectivas futuras. Trabalho apresentado no *workshop* Trabajo-Familia, Desarrollo y Dinámica de Población en America Latina y el Caribe, Santiago, Chile, 1991.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, M. **The erosion of a survival model**: urban household responses to persistent poverty. Trabalho apresentado no *workshop* "Gender, poverty and well-being: indicators and strategies", promovido pelo United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), o United Nations Development Programme (UNDP) e o Center for Development Studies (CDS), Trivandrum, Kerala, novembro de 1997.

_____. From the resources of poverty to the poverty of resources? The erosion of a survival model. **Working Paper**, The Center for Migration and Development, Princeton University, n. 01-09a, 2001.

HIRATA, H. e HUMPHEY, J. Estruturas familiares e sistema produtivo: famílias operárias na crise. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, USP, v. 4, ns. 1/2, 1994, p. 111-131.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista**

Latinoamericana de Estudios del Trabajo, Buenos Aires, ano 4, n. 7, 1998.

JATOBÁ, J. A família na força de trabalho: Brasil metropolitano – 1978-1986. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, Caxambu, MG, 1990. **Anais...** ABEP, v. 2, 1990.

JANNUZZI, P.M. Income and poverty levels of vulnerable groups in the nineties in São Paulo Metropolitan Area. GENERAL CONFERENCE OF INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION (IUSSP), 24, Salvador, 2001. **Anais...** IUSSP, 2001.

KALOUSTIAN, S.M. (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. Brasília: Unicef/Cortez Editora, 1994.

LANGEVIN, A. La famille en recherche. **Cahiers du Genre**, n. 30 (Configurations familiales et vie domestique), 2001, p. 205-232.

LOPES, J.B. e GOTTSCHALK, A. Recessão, pobreza e família – a década pior que perdida. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 4, n. 1, 1990.

LOURENÇO, C.L. **Características da inserção ocupacional dos jovens no Brasil**. Tese de mestrado. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2002.

MONTALI, L. **Família e trabalho na conjuntura recessiva: crise econômica e mudança na divisão sexual do trabalho**. Tese de doutorado. São Paulo: Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 1995.

_____. Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, Caxambu, MG, 1998. **Anais...** ABEP, 1998.

_____. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração nas condições de vida.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, Anpocs, n. 42, fevereiro, 2000a.

_____. **Trabalho e família no final dos anos 90: arranjos familiares de inserção e condições de vida sob o recrudescimento do desemprego**. Relatório final apresentado ao CNPq. Campinas: NEPP/Unicamp, 2000b.

_____. Arranjos familiares e arranjos de inserção no mercado de trabalho nos anos 90. In: UNICEF/UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA, **Nuevas formas de familia** – perspectivas nacionales e internacionales. Montevideu: Unicef/Universidad de la República, 2003a, p. 239-270.

_____. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 2, abr./jun., 2003b.

_____. **Precarização do trabalho, desemprego e rearranjos de inserção familiares – 1985 a 2000 – Análises preliminares**. Relatório parcial de pesquisa apresentado ao CNPq. Campinas: NEPP/Unicamp, 2004.

MONTALI, L. e LOPES, G. Relações familiares e trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90. **Caderno CRH**, CRH-UFBA, v. 1, n. 38, 2003.

POCHMANN, M. Inserção ocupacional e o emprego dos jovens. **Coleção ABET – Mercado de trabalho**, São Paulo, ABET, v. 6, 1998.

_____. **A metrópole do trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

TRONCOSO, E.L. O trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras. In: PRONI, M.W. e HENRIQUE, W. (orgs.), **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo/Campinas: Ed. Unesp/Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

Abstract*Family rearrangements of insertion, precarization of work and impoverishment*

The effects of unemployment and the restructuring of production can be seen in the structures of families in the São Paulo Metropolitan Region. Families have been obliged to rearrange the insertion of their members in the labour market in ways that do not always enable them to maintain their previous wage levels (Montali, 2000 and 2002). The rates of participation and occupation of male heads of families and their children have fallen, while occupation rates of women, especially wives, have risen, a fact that represents new arrangements in the various moments in the life cycles of families. In this regard, and considering the continuity of the processes of deterioration of the labour market since 2000, this article discusses the ways by which unemployment and the precarization of work weaken the forms that families find to guarantee their survival. The results show processes similar to those seen in studies of other large Latin-American cities.

Key words: Restructuring of production. Precarization of work. Family rearrangements of insertion. Impoverishment.

Recebido para publicação em 06/10/2004.

Aceito para publicação em 11/01/2005.